



## PROJETO DE PESQUISA: “COST SHARING – ASPECTOS CONTROVERTIDOS”

O Núcleo de Pesquisas do Mestrado Profissional em Direito Tributário Internacional e Comparado – **NUPEM**, do Instituto Brasileiro de Direito Tributário – **IBDT**, comunica o desenvolvimento do projeto de pesquisa “**Cost Sharing – Aspectos controvertidos**”, no âmbito da iniciativa “**Research Projects On-Demand**”.

### SUMÁRIO

1. Research Projects On Demand .....	1
2. Linha de pesquisa deste projeto.....	2
3. Coordenação deste projeto .....	2
4. Ementa deste projeto .....	2
5. Justificativa deste projeto .....	3
6. PROGRAMA DO SEMINÁRIO “COST SHARING: TEMA CONTROVERTIDOS” .....	5
7. Composição provável dos painéis do Seminário .....	7
8. Cronograma de atividades deste projeto .....	7
9. Resultados esperados deste projeto .....	8
10. Chamada para patrocínios como apoio ao projeto de pesquisa.....	8
11. Bibliografia Inicial.....	9
12. Outras informações .....	14

### 1. Research Projects On-Demand

O trabalho de conclusão de curso do Mestrado Profissional deve apresentar valor à sociedade,



endereçando problemáticas e contribuindo para o desenvolvimento de matérias efetivamente relevantes ao mercado e aos setores públicos. O “Research Projects On” tem o objetivo de incentivar o(a)s mestrando(a)s do IBDT a desenvolver com antecedência pesquisa intensa e estruturada a respeito do tema do trabalho de conclusão de curso, de forma a contribuir para a excelência dos resultados pretendidos.

Todo(a)s o(a)s mestrando(a)s podem propor a realização de projetos de pesquisa com formatos variados (seminários, webinars, mesas de debate, grupos de pesquisa etc.), tendo como requisitos a sua viabilidade e aderência ao tema do trabalho de conclusão de curso. Os projetos selecionados serão conduzidos pelo(a)s próprio(a)s mestrando(a)s proponentes, com a participação de professores do Mestrado Profissional e de outro(a)s profissionais especialistas na temática.

Com isso, o Mestrado Profissional do IBDT pretende garantir protagonismo diferenciado aos mestrando(a)s, contribuir para o desenvolvimento de competências importantes à carreira do(a)s aluno(a)s (gestão de projetos, networking, conhecimentos técnicos etc.) e, ainda, fornecer à sociedade acesso progressivo à produção de conteúdo especializado de elevada qualidade.

A presente projeto de pesquisa está inserido nesse contexto e decorre da proposta apresentada pela aluna do Mestrado Profissional do IBDT **Adriana Brito**: “Cost Sharing: questões controvertidas”.

## 2. Linha de pesquisa deste projeto

Direito Tributário Internacional e Desenvolvimento, com enfoque na aplicação profissional do conhecimento.

## 3. Coordenação deste projeto

- **Luís Flávio Neto.** Coordenador Acadêmico Titular e Docente Permanente do Programa de Mestrado Profissional em Direito Tributário Internacional e Desenvolvimento do IBDT. Doutor e Mestre em Direito Tributário pela Universidade de São Paulo, USP. Postdoctoral Research Fellow no IBFD (Holanda). Advogado.
- **Adriana Brito.** Mestranda em Direito Tributário Internacional pelo Instituto Brasileiro de Direito Tributário – IBDT. Advogada.
- **Henrique Lamônica.** Especialista em Direito Tributário Internacional pelo Instituto Brasileiro de Direito Tributário – IBDT. Advogado.

## 4. Ementa deste projeto





*Cost sharing*. Ausência de previsão legal na legislação brasileira. Conceitos de serviço x rateio de despesas. Conceito de renda. Requisitos à configuração do contrato de *cost sharing* de acordo com a jurisprudência. Evolução histórica e Soluções de Consulta Cosit. Critérios de alocação do custo: direto x indireto. Benefício mútuo. *Cost contribution agreement, Intra group services e cost sharing agreement*: diferenças. O caso Mc Donald's: análise à luz do CARF. Incidência de IRRF nos contratos de *cost sharing* internacional.

## 5. Justificativa deste projeto

Em que pese este modelo de negócio ser cada mais comum entre as empresas nacionais e multinacionais, os contratos de compartilhamento de despesas (ou *cost sharing agreement*) são atípicos, face a ausência de previsão legal na legislação brasileira, e tem como pressuposto a otimização de custos e despesas associadas as atividades de *back-office*, por intermédio da centralização dos custos em uma única entidade, permitindo o aumento de sinergia e uma maior padronização dos procedimentos adotados pelas empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico.

Da mesma forma, a legislação tributária não dispôs sobre os efeitos decorrentes deste tipo contratual, tampouco apresenta esclarecimentos sobre a necessidade de aderência às regras vigentes e aplicáveis na prestação de serviço.

Neste contexto, a primeira manifestação formal da Receita Federal do Brasil, ocorreu em novembro de 2012, momento em que foi delineado os requisitos mínimos à sua configuração, através da Solução de Consulta emitida pela Coordenação de Tributação em matéria Tributária – COSIT de nº. 8/2012. Desde então, a Receita Federal do Brasil, por meio da COSIT emitiu diversos entendimentos com vistas a:

- Trazer esclarecimentos sobre os elementos essenciais à caracterização dos contratos de rateio de despesas; e
- Indicar os efeitos fiscais provenientes deste tipo contratual tanto em relação as despesas reconhecidas pela empresa centralizadora como também sob a perspectiva da empresa participante do rateio.

Contudo, muitas dúvidas ainda permeiam o tema, sobretudo após as últimas Soluções de Consulta emitidas pelo referido órgão<sup>1</sup> as quais incluíram novos requisitos à configuração deste modelo contratual. Não obstante, o próprio CARF ao apreciar o caso "Arcos Dourados" igualmente se

<sup>1</sup> Soluções de Consulta Cosit n. 148/2019 e 276/2019.



## INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

debruçou sobre o tema, ainda que de modo superficial, confundindo conceitos importantes de contrato de serviços e contratos de rateio.

Diante deste cenário, a definição dos 5 (cinco) temas bem como a sugestão para a realização de 5 (cinco) webinars, levou em consideração os seguintes principais aspectos:

- Há poucas manifestações da doutrina e da jurisprudência com a profundidade que o tema requer. Neste viés, elegemos dois temas mais genéricos/introdutórios que visam cobrir os conceitos de renda e serviço e três novos temas que ainda não foram enfrentados de forma satisfatória pela academia, responsáveis por gerar dúvidas/incertezas às empresas sobre a tributação nos contratos de rateio de despesas;
- Análise da coerência dos critérios estabelecidos pela Receita Federal do Brasil, à configuração do *cost sharing*, de acordo com a legislação vigente;
- Alinhamento do Brasil às regras de preço de transferência estabelecidas pela OCDE, o que pode implicar em uma necessária revisão do modelo de *cost sharing* existente e consequentemente na edição de legislação específica visando i) uma definição formal sobre este modelo contratual (características, requisitos e outros) bem como ii) previsão de atos normativos contemplando possíveis incidências fiscais até então não endereçadas pelas empresas;
- Por fim, é essencial que se tenha clareza sobre os elementos que envolvem os contratos de rateio de custos, de modo a evitar a exigência de requisitos, por parte da administração fiscal, que contribuam para o aumento do contencioso tributário brasileiro.



Av. Brigadeiro Luís Antônio, 290, Centro | CEP: 01318-000 - São Paulo - SP

(11) 3105-8206 (11) 96475-9535 [www.ibdt.org.br](http://www.ibdt.org.br)

[ibdt@ibdt.org.br](mailto:ibdt@ibdt.org.br) [in ibdt](https://www.linkedin.com/company/ibdt) [ig institutolBDT](https://www.instagram.com/institutolBDT) [f institutolBDT](https://www.facebook.com/institutolBDT)





## 6. PROGRAMA DO SEMINÁRIO “COST SHARING: TEMA CONTROVERTIDOS”.

O Seminário, que será realizado por meio da plataforma de webinários Zoom, com capacidade 500 expectadores e terá o seguinte programa:

### **Webinar 1 (22/03/21) - Tema: “Os dois lados da Renda: receita e despesa no âmbito dos contratos de *cost sharing*”**

Principais aspectos a serem abordados:

- Conceito de renda e o contrato de rateio. Há conceitos jurídicos de receita e despesa?
- "Princípio da Entidade Contábil"? Empresas não relacionadas podem ratear despesas?
- PIS e COFINS: o conceito de receita deve ser o mesmo aplicável ao IRPJ?

### **Webinar 2 (23/03/21) - Tema: “Compartilhamento de custos x serviço: principais diferenças”**

Principais aspectos a serem abordados:

- Conceito de serviço: há serviço nos contratos de rateio?
- Manifestações dos Municípios? Decisões judiciais?
- Despesa não dedutível: pode não estar sujeita ao ISS?
- Questão Prática: requisitos e critérios estabelecidos pela Receita Federal do Brasil valem? Servem como guia? Despesa não é necessária para a participante (não dedutível) - isso transforma em serviço? Tem ISS?

### **Webinar 3 (24/03/21) - Tema: “Critério de alocação de custos: direto ou indireto? O entendimento inserido na Solução de Consulta Cosit n. 276/2019”**

Principais aspectos a serem abordados:

- Evolução das Soluções emitidas pela Cosit: preferência pelo critério direto?
- Alteração do entendimento - Solução de Consulta Cosit n. 276/2019
- Qual a diferença entre o critério direto e o critério indireto? Quais critérios devem ser utilizados, afinal?
- Questão prática: Quais são os critérios de rateio que devem ou podem ser utilizados? Este requisito também é válido nos contratos de rateio de despesas entre empresas brasileiras?

### **Webinar 4 (25/03/21) – Tema: “O conceito de benefício mútuo nos contratos de *cost sharing*”**

Principais aspectos a serem abordados:





## INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

- Principais diferenças entre o *Cost Contribution Agreement (CCA)*, *Cost Sharing Agreement (CSA)* e *Intragroup Services*
- Qual o contexto do conceito de benefício mútuo no guideline de TP? Esse conceito é relevante para a legislação brasileira?
- Questão prática: como a entidade demonstra o atendimento ao requisito do benefício mútuo? Este requisito também é aplicável aos contratos de rateio de despesas entre empresas brasileiras?

### **Webinar 5** (26/03/21) – Tema: “O caso Mc Donald's: análise à luz das decisões do CARF”

#### Principais aspectos a serem abordados:

- IRRF no contrato de rateio internacional: é constitucional? Deveria haver uma presunção de ausência de renda?
- Praticabilidade? "Renda" é princípio? Ou Regra?
- Outros aspectos do Contrato de rateio internacional? PIS/COFINS e ISS Importação?
- Conceito de Serviço Técnico
- Serviços adquiridos de terceiros e repassados para a participante no Brasil: quais os efeitos fiscais?
- Questão prática: Bancos forcem a retenção, o que fazer? Como instrumentalizar no BACEN?



Av. Brigadeiro Luís Antônio, 290, Centro | CEP: 01318-000 - São Paulo - SP

(11) 3105-8206 (11) 96475-9535 [www.ibdt.org.br](http://www.ibdt.org.br)

[ibdt@ibdt.org.br](mailto:ibdt@ibdt.org.br) [in ibdt](https://www.linkedin.com/company/ibdt) [ig institutolBDT](https://www.instagram.com/institutolBDT) [f institutolBDT](https://www.facebook.com/institutolBDT)





## 7. Composição provável dos painéis do Seminário

	Webinar 1	Webinar 2	Webinar 3	Webinar 4	Webinar 5
Moderador	Vanessa Ceconello	Amanda Panissa	Doris Canen	Ana Groninger	Henrique Lamonica
Palestrante 1	Victor Polizelli	A confirmar	Ana Claudia Utumi	Renata Emery	Clarissa Machado
Palestrante 2	Luciana Galhardo	Alberto Macedo	Alvaro Pereira	Adriana Brito	Sergio André Rocha
Palestrante 3	Ricardo Mariz	A confirmar	Luis E. Schoueri	Claudia Pimentel	Alexandre Evaristo

\*\* informações atualizadas até 07/03/21, sujeitas a alteração.

## 8. Cronograma de atividades deste projeto

As atividades deste projeto têm como meta o seguinte cronograma:

1/21/2021	Reunião Introdutória
2/1/2021	Apresentação do Projeto e alinhamentos
2/19/2021	Deadline para definição do formato e ajustes finais
2/24/2021	Deadline - envio do convite formal aos palestrantes
3/5/2021	1ª rodada - divulgação do evento: "save the date"
3/5/2021	Deadline para confirmação dos palestrantes
3/8/2021	2ª rodada - divulgação do evento com os palestrantes confirmados e <b>abertura das inscrições</b>
3/8/2021 a 3/12/2021	1ª rodada - reuniões internas com os palestrantes por tema
3/15/2021 a 3/19/2021	2ª rodada - reuniões internas com os palestrantes por tema - ajustes finais
3/22/2021	<b>Webinar - Tema 1</b>
3/23/2021	<b>Webinar - Tema 2</b>
3/24/2021	<b>Webinar - Tema 3</b>
3/25/2021	<b>Webinar - Tema 4</b>
3/26/2021	<b>Webinar - Tema 5</b>
4/09/2021	<b>Entrega do relatório final do projeto de pesquisa.</b>



## 9. Resultados esperados deste projeto

O projeto tem o propósito de reunir especialistas de diferentes origens (empresas, setor público, academia e advocacia) e promover debates a respeito do tema de pesquisa desenvolvida, capazes de contribuir para a coleta de relevante material técnico e de catalisar a construção de soluções para os problemas em torno das hipóteses enfrentadas.

Em termos documentais, espera-se produzir conteúdo no formato de vídeos (webinars transmitidos ao vivo e gravados para futura disponibilização) e escrito (relatório final do projeto de pesquisa e, ainda, possivelmente parte relevante do trabalho de conclusão de curso da mestranda Adriana Brito).

Espera-se, com isso, que a pesquisa produzida no âmbito do Mestrado Profissional do IBDT contribua para a sociedade brasileira de maneira positiva e efetiva.

Sob a perspectiva da mestranda que propôs a realização desta iniciativa no âmbito do “Research Project on-Demand”, do NUPEM, espera-se que os aprendizados deste projeto (cada detalhe enfrentado para seu planejamento, criações em busca do “estado da arte”, as discussões com os demais membros da coordenação, a experiência da gestão conjunta da estrutura do Mestrado Profissional do IBDT utilizada para a sua concretização, os contatos estabelecidos, os dados, ideias e visões colhidas de todos os participantes, pensamentos e novos projetos que possivelmente serão decorrência, etc.) contribuam positivamente à excelência de seu trabalho de conclusão de curso e, principalmente, à sua carreira e desenvolvimento pessoal.

## 10. Chamada para patrocínios como apoio ao projeto de pesquisa

O Instituto Brasileiro de Direito Tributário - IBDT, registrado no CNPJ sob o nº 44.081.172/0001-02, é uma associação civil sem fins lucrativos fundada em 1974 e tem por objeto precípuo o ensino, a pesquisa e o aperfeiçoamento do Direito Tributário, a colaboração no ensino das respectivas disciplinas afins, divulgação de bibliografia, legislação e jurisprudência, publicação de trabalhos e promoção de congressos, conferências e cursos e, bem assim, a permanente realização da Mesa de Debates Tributários.

Considerando que o Mestrado Profissional tem como premissa a permanente integração com a sociedade, o patrocínio de suas atividades por respeitadas entidades do mercado é de enorme relevância, não somente como forma de garantir a viabilidade financeira da continuada promoção de iniciativas acadêmicas, mas também como evidência quanto ao reconhecimento da sociedade da importância do trabalho desenvolvido.

Nesse contexto, o presente projeto propõe à sociedade a adesão a quotas de patrocínio, que







poderão ser consultadas por pessoas interessadas através do e-mail [academico@ibdt.org.br](mailto:academico@ibdt.org.br).

A logomarca e o nome fantasia (ou razão social) dos patrocinadores serão veiculadas na campanha publicitária realizada pelo IBDT para a divulgação dos eventos relacionados ao presente projeto. Também haverá menção aos patrocinados, de forma verbal e com veiculação de logomarca e razão social, na qualidade de "Apoiadores", em cada um dos cinco webinars que compõem o Seminário "Cost Sharing – Aspectos controvertidos". Igual menção será realizada na contracapa de livro que eventualmente seja publicado para reunir a coletânea de artigos escritos pelos participantes do Seminário, expressamente decorrente deste projeto.

## 11. Bibliografia Inicial

ABUJAMRA, Pedro Augusto do Amaral e ANDREJOZUK, Gustavo, Contratos Internacionais de rateio de despesas e incidência da Cide: breves notas a respeito da Solução de Consulta 43/2015, Revista Dialética de Direito Tributário, vol. 239, ago. 2015

BERGERON, Bryan, Essentials of Shared Services, John Wiley & Sons, New Jersey, 2003.

BIFANO, Elidie Palma, Apuração de P de T em Intangíveis, contrato de prestação de serviços intragrupo e 'cost sharing agreements'. In: "Preços de Transferência no direito Tributário Brasileiro", LESi (org.), Dialética, 2a edição, São Paulo, 2006

BERGAMINI, Adolpho, PEIXOTO, Marcelo Magalhães, PIS e COFINS na Teoria e na Prática: uma Abordagem Completa dos Regimes Cumulativo e não-Cumulativo, MP Editora, 2a edição, São Paulo, 2010

BISELLI, Rubens Barrionuevo, As Disputas de Cost-sharing Agreements envolvendo empresas de tecnologia nos Estados Unidos, In: "Tributação da Economia Digital", Renato Vilela Faria et. al (org.), Saraiva, São Paulo, 2018

BRAUNER, Yariv, Cost Sharing and the Acrobatics of Arm's Length Taxation, 38 Intertax 11, 2010

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal do Brasil. Coordenação Geral de Tributação. Solução de Consulta n.º 08 de 01 novembro de 2012. Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=83885>>. Acesso em: 30 mar. 2019

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal do Brasil. Coordenação Geral de Tributação. Solução de Divergência n.º 23 de setembro de 2013. Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=46855&visao=anotado>>. Acesso em: 30 mar. 2019





## INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal do Brasil. Coordenação Geral de Tributação. Solução de Consulta n.º 43 de 26 de fevereiro de 2015. Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=62210>>. Acesso em: 30 mar. 2019

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal do Brasil. Coordenação Geral de Tributação. Solução de Consulta n.º 50 de 06 de maio de 2016. Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=73726>>. Acesso em: 30 mar. 2019

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal do Brasil. Coordenação Geral de Tributação. Solução de Consulta n.º 442 de 18 de setembro de 2017. Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=86360#:~:text=SC%20Cosit%20N%C2%BA%20442%20%2D%202017&text=ASSUNTO%3A%20IMPOSTO%20DE%20RENTA%20RETIDO,REEMBOLSO>>. Acesso em: 30 mar. 2019

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal do Brasil. Coordenação Geral de Tributação. Solução de Consulta n.º 146 de 17 de abril de 2019. Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=100416>>. Acesso em: 30 mar. 2019

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal do Brasil. Coordenação Geral de Tributação. Solução de Consulta n.º 276 de 26 de setembro de 2019. Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=103953>>. Acesso em: 30 mar. 2019

BRASIL. Ministério da Fazenda. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Primeira Seção de Julgamento, 4ª Câmara, 1ª Turma Ordinária. Processo n. 16561.720065/2017-14. Acórdão n. 1401-004.049. Relatora: Luciana Yoshirara Arcangelo Zanin. Recorrente: Arcos Dourados Comércio de Alimentos LTDA. Brasília, DF, 31 de janeiro de 2020. Brasília, DF: CARF. Disponível em: <<https://carf.fazenda.gov.br/sincon/public/pages/ConsultarJurisprudencia/listaJurisprudenciaCarf.jsf>>. Acesso em: 15 fev. 2019

BRASIL. Ministério da Fazenda. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Primeira Seção de Julgamento, 4ª Câmara, 2ª Turma Ordinária. Processo n. 16327.000525/2005-15. Acórdão n. 1402-003.864. Relator: Lucas Bevilacqua Cabianca Vieira. Recorrente: Itaú Unibanco S.A. Brasília, DF, 04 de junho de 2019. Brasília, DF: CARF. Disponível em: <<https://carf.fazenda.gov.br/sincon/public/pages/ConsultarJurisprudencia/listaJurisprudenciaCarf.j>>



Av. Brigadeiro Luís Antônio, 290, Centro | CEP: 01318-000 - São Paulo - SP

(11) 3105-8206 (11) 96475-9535 [www.ibdt.org.br](http://www.ibdt.org.br)

[ibdt@ibdt.org.br](mailto:ibdt@ibdt.org.br) [in](https://www.linkedin.com/company/ibdt) [f](https://www.facebook.com/institutoIBDT) [i](https://www.instagram.com/institutoIBDT) [yt](https://www.youtube.com/channel/UC...) institutoIBDT





sf>. Acesso em: 15 fev. 2019

BRAZUNA, José Luiz Ribeiro, Efeitos Fiscais do Rateio de Despesas - Importância e Ônus da Prova, Revista Tributária e de Finanças Públicas, v. 20, nº 107, nov./dez., 2012

CÂMARA, Francisco de Sousa, Cost Contribution Arrangements - Comparative Survey - Portugal, International Transfer Pricing Journal, IBFD, v. 8, nº 6, 2001

CARRAZZA, Roque Antonio, Grupo de Empresas - Autocontrato - Não-incidência do ISS - Questões Conexas, Revista Dialética de Direito Tributário nº 94, São Paulo

CARRAÑO, Florentino, MARCO, Ramón, Cost Contribution Arrangements - comparative survey - Spain, International Transfer Pricing Journal, IBFD, v.8, n. 3, 2001

CASLEY, Andrew, TAYLOR, Julie, Cost Contribution Arrangements, International Transfer Pricing Journal, IBFD, v. 8, nº 2, 2001

CASTRO, Leonardo Freitas de Moraes, Tratamento Tributário Aplicável aos Contratos de Rateio/Compartilhamento de custos e despesas (cost sharing agreements), Revista Dialética de Direito Tributário nº 177, jun. 2010

COSTA, Felipe Gambôa Alves, Nat Jur de reembolso dos cont de rateio de desp (cost-sharing agr) entre empresas do mesmo grupo econ em âmbito int e sua ã trib no Br, Revista Tributária e de Finanças Públicas, v. 18, nº 91, mar./abr. 2010

DANTZLER Jr., J. William, FULGIERI, Mario, Cost Sharing Agreements - United States (Compensatory Stock Option), International Transfer Pricing Journal, IBFD, vol. 8, n. 3, 2001

DE BIASIO, Robert, Cost Sharing in the 1990s and Beyond, Canadian Tax Journal, v. 44, n. 6, 1996

DOUVIER, Pierre-Jean, Cost Contribution Arrangements - France, International Transfer Pricing Journal, IBFD, v. 8, n. 3, 2001

GALHARDO, Luciana Rosanova, PEREIRA, Vinícius Pimenta Seixas, Cost Sharing Agreements and Transfer Pricing, Journal o International Taxation, v. 24, dez. 2013

GANGEMI, Bruno, Tax Treatment of Cost Contribution Arrangements, Committee on Taxes of the Section on Business Law of the International Bar Association, Kluwer Law and Taxation Publishers, Deventer, 1998





MALHERBE, Jacques, Cost Contribution Arrangements and Cost Sharing Agreements, in: "Practical Problems in European and International Tax Law", H. Jochum et. Al., IBFD 2016 (online books, accessed 16 April 2019)

NUNES, Renato, Considerações Acerca do Rateio Internacional de Custos e Despesas, Revista de Direito Mercantil Industrial, Econômico e Financeiro, v. 47, n. 149/150, jan./dez., 2008

NUNES, Renato, Rateio Internacional de Custos e Despesas e seu Regime Jurídico e Aspectos Fiscais, Revista de Direito Tributário Internacional, v. 04, n. 12, ago, 2009

OTSUKA, Masatami, Tax Treatment of Cost-contribution Arrangements, Committee on Taxes of the Section on Business Law of the International Bar Association, Kluwer Law and Taxation Publishers, 1998

PASCH, Guilherme, Tax Treatment of Cost-contribution Arrangements, Committee on Taxes of the Section on Business Law of the International Bar Association, Kluwer Law and Taxation Publishers, 1998

PINTO, Alexandre Evaristo, Tributação dos Reembolsos no Âmbito dos Contratos de Compartilhamento de Despesas, Direito Tributário atual, v. 29, 2013

PRADO, Flávio Augusto Dumont, MUNOZ, André Malinoski, Recentes Posicionamentos da Receita Federal do Brasil sobre Rateio de Despesas (Cost Sharing) em Operações Internas e Internacionais, Revista Eletrônica de Direito Tributário da ABDF, v. 4, n. 32, 2014

RAFAELLI, Paulo César Pimentel, Aspectos Tributários dos Contratos de Rateio de Custos e Despesas, Revista Tributária e de Finanças Públicas, v. 14, n. 69, jul./ago. 2006

RAMIRES, Rogério, A Não Incidência do ISS sobre o Reembolso nos Contratos de Rateio de Custos e Despesas, in: "ISS pelos Conselheiros Julgadores", Natalia de Nardi Dacomo e Alberto Macedo, Quartier Latin, São Paulo, 2012

ROCHA, Sérgio André, BARRETO, Ana Carolina, Trib do Reemb de Desp e do Comp de Cust e o CPC 30, in: "Dir Trib, Soc e a Ref da Lei das S/A: Desafios da Neutralid Trib e do Dir Soc", Sérgio André Rocha (org.), Quartier Latin, vol. 3, São Paulo, 2012

SCHOUERI, Luís Eduardo, O Contrato de Rateio de Despesas (cost contribution arrangements) e o ISS, in: "Gestão Tributária Municipal e Tributos Municipais", Sergio Luiz de Moraes Pinto, et. al,





Quartier Latin, São Paulo, 2012

SILVA, Wilson Rodrigo Vieira da. Dos recentes posicionamentos da Receita Federal do Brasil acerca dos contratos de rateio de custos e despesas, Revista Eletrônica de Direito Tributário da ABDF, v. 4, n. 32, 2014

TERCIOTTI, Maurício e ANDRADE, Daniel N. R. Durão, Grupos Transnac: Remessas ao Ext para Reemb de Desp no Âmbito de Cont de Comp de Cust - A (não) Incid do IRRF, in: "Estudos de Trib Int", Ana Paula Saunders et. al. (org.), Lumen Juris, Rio de Jan, 2017

UCKMAR, Victor, et. al., Manual de Direito Tributário Internacional, Dialética, São Paulo, 2012

XAVIER, Alberto, Direito Tributário Internacional, Forense, Rio de Janeiro, 2016

WALDENS, Stefan, Cost Contribution Arrangements - Germany, International Transfer Pricing Journal, IBFD, v. 8, n. 2, 2001

## 12. Outras informações

Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas com envio de mensagem ao e-mail [academico@ibdt.org.br](mailto:academico@ibdt.org.br).

São Paulo, 17 de fevereiro de 2021

**Luís Eduardo Schoueri**

Pró-reitor de Pós-graduação do IBDT

**Luís Flávio Neto**

Coordenador Acadêmico Titular do Mestrado Profissional em Direito Tributário Internacional e Comparado do IBDT



Av. Brigadeiro Luís Antônio, 290, Centro | CEP: 01318-000 - São Paulo - SP

(11) 3105-8206 (11) 96475-9535 [www.ibdt.org.br](http://www.ibdt.org.br)

[ibdt@ibdt.org.br](mailto:ibdt@ibdt.org.br) [in ibdt](https://www.linkedin.com/company/ibdt) [ig institutoIBDT](https://www.instagram.com/institutoIBDT) [f institutoIBDT](https://www.facebook.com/institutoIBDT)

